

Lei para evitar lavagem de dinheiro

Os senadores debateram ontem com a juíza Denise Frossard a necessidade de uma legislação que criminalize a lavagem de dinheiro. A discussão foi realizada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, presidida pelo senador Iris Rezende (na foto, com a juíza). Frossard sugeriu a responsabilização dos banqueiros pela origem do dinheiro que suas instituições captam no mercado. Pág. 2



Comissão vai examinar a dívida interna



Lucena

O Senado aprovou ontem proposta do senador Humberto Lucena (PMDB-PB)

que cria uma comissão interna para examinar, em quatro meses, o problema da dívida pública interna e sugerir alternativas de soluções. Em sua justificativa, o senador lembra que a dívida teve um crescimento explosivo durante o Plano Real. Em 1991, a dívida do governo girava em torno de US\$ 12 bilhões, e em fevereiro deste ano chegou a R\$ 125 bilhões - um crescimento superior a 1.000% em menos de cinco anos, conforme notícias da imprensa.

Lucena afirma que a dívida pública interna é agora um dos maiores problemas do país. Para conseguir rolar seus papéis no mercado, o governo vem sendo obrigado a pagar juros elevados, os quais têm impacto sobre a inflação, podendo comprometer o Plano Real.

Senado manda para Justiça comum crimes de militares

Mas apuração, na fase do inquérito, continua sob jurisdição militar, o que gerou protestos dos partidos opositoristas

O Senado aprovou no início da noite de ontem projeto de lei que transfere para a Justiça comum o julgamento dos crimes dolosos contra a vida consumados ou tentados por policiais militares. A proposta, de autoria do deputado Hélio Bicudo (PT-SP), altera os códigos Penal Militar e de Processo Penal Militar, e terá de voltar à Câmara dos Deputados, para apreciação das emendas introduzidas no Senado.

“É uma mudança radical no Direito Penal Brasileiro”, sintetizou o senador Geraldo Melo (PSDB-RN), relator do projeto e autor do substitutivo que acabou prevalecendo no plenário do Senado.

Melo incluiu no relatório duas garantias para o policial: a que assegura “o direito de



Geraldo Melo

isenção de punibilidade” quando o delito resultar do estrito cumprimento do dever legal e a que mantém a realização de inquérito sob jurisdição militar, com envio à Justiça comum.

O líder do PPS, senador Roberto Freire (PE), previu que “tudo vai continuar como antes”, pois a apuração dos crimes dolosos contra a vida praticados por militares continuará sujeita a jurisdição especial. O senador disse que, no caso da chacina do Pará, ele não supõe que os policiais mi-

litares admitiriam que saíram de Marabá e foram a Eldorado dos Carajás com a intenção de matar.

O líder do PT, senador José Eduardo Dutra (SE), que requereu urgência para a votação do projeto Hélio Bicudo, afirmou que a decisão mantém o que, a seu ver, é uma inversão do Estado de direito, em que o primado é da autoridade judicial civil.

Em defesa do substitutivo, Geraldo Melo definiu-o como uma “contribuição para procurar evitar decisões emocionais”. Argumentou que a legislação “perdeu conexão com a realidade presente”.

Brasil fecha posição para levar à Habitat 2

Página 3

Código de trânsito tem nova proposta até o final do mês

Página 4

Júnia insiste em reajuste para servidor



Júnia

A senadora Júnia Marise (PDT-MG) apresentou em plenário as manifestações da magistratura trabalhista do seu estado,

que está inconformada porque o governo não autorizou o reajuste do funcionalismo público. Júnia Marise se disse perplexa com a atitude do Executivo em relação ao assunto. Lembrou que já fez vários pronunciamentos cobrando o cumprimento da legislação em vigor, que previa o reajuste para janeiro deste ano.

Lauro Campos faz homenagem a Galba Menegale



Lauro

O senador Lauro Campos (PT-DF) homenageou ontem a memória do jornalista, advogado e ex-ouvidor-geral Galba Menegale,

assassinado no último dia 30 em Brasília. "Homem de genuína autenticidade, que cultivava o amor ao próximo, sua calma e serenidade tornam mais assustadora a violência de sua morte", disse o senador, que foi colega de Galba na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro.

Lauro lamentou que "o brutal assassinato de Galba Menegale não tenha sido até agora elucidado" e mencionou também "as outras violências que vitimam o Brasil, como o capitalismo selvagem".

Agenda do Dia

PLENÁRIO

9h - Sessão Não Deliberativa do Senado



Os membros da CCJ discutem proposta para combater a corrupção

Senadores buscam leis que evitem lavagem de dinheiro

Juíza diz que combate à corrupção deve ser "sistêmico e endêmico" e defende responsabilização de banqueiros por dinheiro captado

A necessidade de uma legislação que criminalize a lavagem de dinheiro foi a principal preocupação dos senadores da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania que discutiram ontem com a juíza Denise Frossard uma proposta de combate à corrupção. A juíza sugeriu como meio eficaz para coibir a lavagem de dinheiro a responsabilização parcial dos banqueiros pela origem dos recursos captados em suas instituições. Denise Frossard alertou os senadores, entretanto, para as pressões que deverão sofrer durante o processo de elaboração de uma lei sobre a lavagem de dinheiro.

Responsável pela prisão de banqueiros do bicho no Rio de

Janeiro, a juíza afirmou que o combate à corrupção deve ser sistêmico e endêmico, como o é a corrupção, e dele deve participar toda a sociedade. "Deve-se quebrar a espinha dorsal dos negócios do crime organizado", sustentou a juíza, com o que concordou o senador Romeu Tuma (PSL-SP).

O senador Esperidião Amin (PPB-SC) lamentou as dificuldades para se detectar o dinheiro ilícito, enquanto Ramez Tebet (PMDB-MS) ressaltou a necessidade de se combater eficazmente a corrupção.

O líder do PT, José Eduardo Dutra (SE), informou que apresentou projeto de lei dispondo que toda informação sobre mo-

vimentação financeira mensal superior a 20 mil Ufir será repassada à Receita Federal. Autor da sugestão do convite à juíza, Pedro Simon (PMDB-RS) disse que Denise Frossard é uma referência "singela e simples" no campo da ética. Já Ademir Andrade (PSB-PA) elogiou a firmeza da juíza.

José Fogaça (PMDB-RS) considerou "realmente imperativo" o controle da lavagem do dinheiro. Em resposta a Eduardo Suplicy (PT-SP), Denise Frossard afirmou que a legislação em vigor é adequada para os crimes comuns. O presidente da CCJ, Iris Rezende (PMDB-GO), ressaltou que a juíza deu um exemplo ao país, com seu ideal.

Odacir quer apoio a sem-terra em RO

O senador Odacir Soares (PFL-RO) pediu o apoio do ministro da Reforma Agrária e do presidente do Incrá à iniciativa da superintendência do instituto em Rondônia de retomar terras da gleba de Buareiro, no município de Ariquemes, para atender a 2 mil famílias de sem-terra do estado. O senador teme que os entraves burocráticos e os recursos judiciais que podem

ser interpostos dificultem a rapidez do processo, que, à seu ver, diminuiria a tensão existente na área e o perigo de novos massacres na região. Ele referia-se à morte em Curumbiara, no ano passado, de 13 pessoas do Movimento dos Sem-Terra.

Odacir Soares também pe-



Odacir Soares

diu ao governador Valdir Raupp e aos parlamentares de Rondônia que "trabalhem juntos para fazer dessa iniciativa do Incrá uma realidade em favor dos excluídos", já que as terras agricultáveis do estado "são muito reduzidas ou estão em mãos de latifundiários".

Brasil apoiará a pequena comunidade na Habitat 2

Presidente da comissão do Senado que trata da participação brasileira na conferência da ONU, o senador Coutinho Jorge anunciou que em 30 dias relatório final estará concluído

Tebet destaca programa de bolsas em MS



Tebet

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) destacou ontem o lançamento, em Mato Grosso do Sul, do Programa Vale-Cidadania,

uma espécie de bolsa-educação, destinado às crianças em idade escolar. Patrocinado pelo governo federal, através do Ministério da Previdência Social, o programa visa erradicar o trabalho infantil e será estendido a todo o país.

Tebet disse que o presidente Fernando Henrique Cardoso "acordou para o grande drama social do país", salientando que o Vale-Cidadania é um programa de profundo conteúdo social, "que ultrapassa os limites das siglas partidárias". Ele informou que cada família receberá R\$ 50 por criança matriculada na escola, na faixa de 7 a 14 anos. Em aparte, elogiaram a iniciativa do governo a senadora Benedita da Silva (PT-RJ) e os senadores Júlio Campos (PFL-MS), Elcio Alvares (PFL-ES), Epitácio Cafeteira (PPB-MA) e Romeu Tuma (PSL-SP).



Coutinho Jorge: é preciso estancar migração desordenada

Alcântara vê responsabilidade do poder público na prostituição

A totalidade de menores prostituídos é proveniente de famílias "esmagadas pela miséria". A constatação é do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), que alertou a sociedade brasileira para a responsabilidade que tem ante a situação das crianças "que alugam seus corpos para sobreviver, já que a outra alternativa é a morte lenta pela fome". Segundo o senador, dados estatísticos mostram que 500 mil meninas se prostituem no país.

Lúcio Alcântara considera simplista a idéia de delegar à



Alcântara

repressão o fim da prostituição infantil e pura hipocrisia adotar posturas moralistas em relação ao problema, que a seu ver "tem causas que remontam a raízes sociais complexas". Entretanto, o senador disse que não encontra explicações para a ausência do poder público no combate a essa forma de exploração infantil, e citou o exemplo de Fortaleza, uma das principais capitais no mapa da prostituição de adolescentes, onde os responsáveis pelo combate ao lenocínio, segundo ele, se mostram impotentes.

O relatório final da Comissão Especial Temporária do Senado, destinada a acompanhar as teses que o Brasil vai apresentar na conferência da ONU sobre assentamentos humanos - Habitat 2, em Istambul, em junho, vai estar pronto no final deste mês. O senador Coutinho Jorge (PSDB-AM), presidente da Comissão, disse ontem que toda a programação prevista será cumprida neste prazo. O senador adiantou a posição a ser adotada pelos representantes brasileiros no encontro:

- O Brasil, na reunião de governos de todo o mundo, vai assumir princípios e compromissos internacionais que servirão para dar uma nova visão espacial dos problemas internos de habitação e fechar uma política urbana para fortalecer a pequena comunidade com bem-estar social à altura, para evitar a migração desordenada para os centros urbanos - afirmou Coutinho Jorge.

Na reunião da Habitat 2, os senadores ouviram o representante da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), Durval Magalhães Fernandes. Ele demonstrou como o Brasil, através da Agência ABC, capta cooperação financeira e recursos técnicos, ao mesmo tempo em que colabora na forma de prestação de serviços para a implantação de saneamento, assentamentos e rede de água em outros países em desenvolvimento.

Durante a reunião, Coutinho Jorge acatou sugestão do senador Esperidião Amin (PPB-SC) que propôs aditar à pauta dos trabalhos um convite ao secretário de Habitação da Prefeitura de São Paulo para dar seu depoimento sobre o Projeto Cingapura, que, a seu ver, atende em todos os níveis a política urbana de habitação que deve ser implantada no Brasil.



Sarney recebe Dornelles e Serra

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem, em audiências separadas, os ministros Francisco Dornelles, da Indústria, do Comércio e do Turismo, e José Serra, do Planejamento. Sarney informou que a visita de Dornelles (foto) foi de cortesia, em retribuição à presença do senador na posse do ministro. Já o encontro com José Serra tratou de possíveis mudanças no processo de apreciação da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Campos propõe fiscalização das verbas do ensino

A reestruturação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), para que possa atuar como órgão fiscalizador da aplicação dos recursos do salário-educação, os quais administra, foi defendida pelo senador Júlio Campos (PFL-MT), preocupado com as fraudes no setor.



Júlio Campos

O senador também quer que as delegacias estaduais do Ministério da Educação cooperem nessa tarefa. O salário-educação é repassado às escolas particulares para cobrir as despesas com alunos carentes que não encontraram vagas nas instituições públicas.

- Eticamente inadmissível, sob toda e qualquer forma de manifestação, a fraude mostra-se ainda mais chocante e deplorável quando atinge em cheio a educação - disse Júlio Campos, declarando ser inaceitável que o país tenha de conviver "com verdadeiras máfias de escolas fantasmas, a se locupletarem com o dinheiro público".

Segundo Júlio Campos, as medidas por ele recomendadas podem evitar "essas práticas criminosas, que agredem a consciência nacional". Ele considera salutares as mudanças anunciadas para o credenciamento de escolas participantes do Sistema de Manutenção de Ensino e a divulgação, pelo rádio, do repasse de recursos do FNDE aos estados e municípios.

Novo código de trânsito será debatido a partir do dia 29

Senador informa que a parte mais complexa, que trata das penas, está em fase final, o que permitirá a apresentação do substitutivo

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) anunciou ontem que o substitutivo ao projeto do Código de Trânsito Brasileiro será entregue no próximo dia 29, iniciando-se imediatamente sua discussão na comissão especial do Senado que preside. Ele informou que esse foi o compromisso assumido pelo relator, senador Gilberto Miranda (PMDB-AM), perante a maioria dos membros da comissão que se reuniu em seu gabinete.

A elaboração do parecer está na dependência da conclusão da parte penal, disse Francelino Pereira. Os assessores do relator, que também participaram da reunião, asseguraram que, a despeito da complexidade da matéria, a redação definitiva dos artigos está em fase final, o que permitirá a apresentação tanto do relatório como do



Francelino Pereira

parecer no próximo dia 29, acrescentou.

Tão logo o parecer seja entregue, a comissão especial começará a receber as emendas dos senadores membros. O objetivo, afirmou o senador, é dar maior celeridade aos trabalhos, de forma que a matéria, aprovada na comissão, seja encaminhada sem demora ao plenário do Senado.

Comissão aprova piso para médicos e dentistas

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em reunião presidida pelo senador Beni Veras (PSDB-CE), aprovou ontem projeto de lei que fixa em R\$ 1.337,32 o piso salarial dos médicos e cirurgiões-dentistas que prestam serviços a pessoas físicas e jurídicas de direito privado. A matéria, oriunda da Câmara dos Deputados, foi relatada pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) e depende ainda da apreciação do plenário do Senado.

Recebeu também aprovação da comissão projeto de lei da Câmara dispondo sobre compensação financeira entre os sistemas municipais, estaduais e federal de previdência social, nos casos de contagem re-

troca do tempo de contribuição para aposentadoria. A matéria, que vai ao plenário da Casa, foi aprovada nos termos de substitutivo do relator, senador Beni Veras.

Na mesma reunião, a CAS aprovou dois projetos de decretos legislativos. O primeiro, relatado pela senadora Marina Silva (PT-AC), aprova o texto das emendas ao Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio, adotadas em Copenhague, em 15 de novembro de 1992; e o outro, relatado pelo senador Bello Parga (PFL-MA), ratifica o texto da Convenção 167 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), sobre as atividades da construção civil.

Benedita aponta avanço em projeto de Hélio Bicudo

O projeto do deputado Hélio Bicudo (PT-SP) que transfere para a Justiça comum o julgamento de crimes praticados por policiais militares contribui para o avanço do processo democrático no país. A avaliação foi feita pela senadora Benedita da Silva (PT-RJ) em pronunciamento no plenário antes da aprovação da proposta.

Benedita lembrou que o Brasil é o único país que julga crimes comuns na Justiça Militar. Segundo a senadora, o Supremo Tribunal Federal manifestou-se inúmeras vezes no sentido de que, se a função policial é civil, e não militar, o crime é comum. O papel das polícias militares, na opinião da senadora, é confuso: são militares enquanto força de reserva do Exército, e são policiais enquanto segurança pública.

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Luiz Alberto de Oliveira ■ Ney Suassuna

■ Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia ■ Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade
■ Editores - Djaltu Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso
Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume e Adão Nascimento ■ Revisão: Maria das Graças Aureliano e Lindolfo Amaral
■ Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal.